



ÁREA DE ATUAÇÃO: **HISTÓRIA**

PROVA OBJETIVA

ORIENTAÇÕES

- A Prova Objetiva possui 40 (quarenta) questões, que deverão ser respondidas no período máximo de quatro horas.
- O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas.
- Não será permitido ao candidato ausentar-se em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início das provas.
- O candidato não poderá levar o seu Caderno de Questões da Prova Objetiva.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos os demais tenham terminado a prova. Apenas podendo retirar-se, concomitantemente, após a assinatura do relatório de aplicação de provas.
- Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal, ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *tablets*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico. A organização deste Concurso Público não se responsabilizará pela guarda destes e de outros equipamentos trazidos pelos candidatos.
- Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
- Durante o período de realização das provas, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro ou similares, sendo o candidato comunicado a respeito e solicitada a retirada do objeto.
- Findo o horário limite para a realização das provas, o candidato deverá entregar as folhas de resposta da prova, devidamente preenchidas e assinadas, ao Fiscal de Sala.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas, use apenas caneta esferográfica preta; preencha toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão (conforme exemplo a seguir); assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

LEGISLAÇÕES E CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

1 Joana, servidora de carreira técnico-administrativa do Câmpus São Roque, recentemente foi nomeada para o cargo de Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Câmpus Barretos, onde já se encontra em exercício do novo cargo. Seu marido, Carlos, é servidor efetivo do Câmpus São Roque. Carlos deseja trabalhar no mesmo Câmpus que sua esposa. Para isso, considerando o que dispõe a lei nº 8.112/90, ele pode:

- (A) Ser removido a pedido, independente do interesse da administração, para acompanhamento de cônjuge.
- (B) Solicitar licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório no câmpus Barretos, em virtude da nomeação de sua esposa.
- (C) Ser removido a pedido, a critério da Administração.
- (D) Solicitar transferência de seu cargo do câmpus São Roque para o câmpus Barretos.

2 De acordo com a seção IV – Da Posse e do Exercício, do Capítulo I do Regime Jurídico Único – Lei nº 8112/90, assinale a alternativa correta:

- (A) A posse ocorrerá no prazo máximo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação.
- (B) Caso a posse não ocorra no prazo previsto na lei nº 8.112/90, o servidor será exonerado do cargo.
- (C) É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- (D) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo total período de 12 (doze) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

3 Após processo de consulta à comunidade do IFSP, a servidora Carla foi quem obteve o maior índice de votos dentre todos os candidatos para o cargo de Diretor Geral do Campus Itapetininga. Carla possui título de doutora e é Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do quadro permanente do IFSP há cinco anos, tendo exercido cargo de gestão de Diretora Educacional do Câmpus Itapetininga nos últimos dois anos. Nessas

condições, a nomeação de Carla para o cargo de Diretora Geral do câmpus Itapetininga:

- (A) Cumpre todos os requisitos estabelecidos na lei nº 11.892/2008, podendo Carla ser nomeada por ato do Reitor.
- (B) Não cumpre o período mínimo de três anos em cargo de gestão na Instituição, razão pela qual Carla não poderá ser nomeada para o cargo.
- (C) Não poderá ser nomeada para o cargo de Diretora Geral do Câmpus, por ter ocupado cargo de gestão no último ano.
- (D) Deverá ser referendada pelo Conselho Superior do IFSP, podendo este negar-se a realizar a nomeação.

4 Com base na lei nº 11.892/2008, escolha a alternativa que preencha corretamente as lacunas da afirmação abaixo:

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de _____ de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos e o mínimo de 20% de suas vagas para cursos de _____.

- (A) 20% (vinte por cento) / bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.
- (B) 50% (cinquenta por cento) / bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.
- (C) 30% (trinta por cento) / licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.
- (D) 50% (cinquenta por cento) / licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

5 Considere as seguintes assertivas a respeito da Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 11.741/2008, que alterou dispositivos da Lei nº 9.394/96:

I – Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação estão adstritos às diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

II – A Educação Profissional e Tecnológica contempla a educação profissional técnica de nível médio, contudo, fica dispensada de observar as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

III – A educação de jovens e adultos deverá articular-se, obrigatoriamente, com a educação profissional.

IV – As instituições de educação profissional e tecnológica oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando a matrícula necessariamente ao nível de escolaridade do candidato.

Está correto o que se afirmar em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.

6 Na Lei de Diretrizes da Educação Nacional (nº 9394/1996), encontramos nos artigos 70 e 71 as especificações sobre as despesas para a manutenção e desenvolvimento do ensino e à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis. São apresentadas, respectivamente, o que são as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e o que não o são.

Sobre as despesas apresentadas nos artigos supracitados assinale a alternativa que contemple de forma correta as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino:

- (A) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; obras de infraestrutura realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.
- (B) aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.
- (C) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; amortização e cus-

teio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos do artigo 70 da lei nº 9394/1996.

- (D) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino.

7 Em 2018, a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com apoio dos responsáveis pelo controle interno, constatou irregularidades na aplicação da receita resultante de impostos no âmbito da União e de diversos Municípios, gerando prejuízos à manutenção e desenvolvimento do ensino. Nos termos da Constituição Federal, a União e os Municípios deverão aplicar, para esse fim, respectivamente,

- (A) no mínimo, 18% (dezoito por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), anualmente, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
- (B) no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) e 18% (dezoito por cento), anualmente, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
- (C) no mínimo, 18% (dezoito por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), anualmente, da receita resultante de impostos, não compreendida a proveniente de transferências.
- (D) no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) e 18% (dezoito por cento), anualmente, da receita resultante de impostos, não compreendida a proveniente de transferências, e desde que não seja destinada a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas.

8 No Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA -, lei 8069/1990, denominado “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer” são apresentados os direitos e também os deveres do Estado e da família para com a educação, cultura, esporte e lazer. Em relação à educação, o ECA apresenta que toda criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Para que isso seja alcançado o Estado tem o dever de oferecer a educação pública e gratuita próxima à residência dos sujeitos.

Sobre os deveres do Estado, apresentados no artigo 54, assinale a alternativa que contemple de forma correta os deveres para a oferta da educação escolar:

- (A) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- (B) atendimento em creche e pré-escola às crianças de dois a seis anos de idade; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- (C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; oferta de ensino noturno regular, para os maiores de dezoito anos que comprovarem vínculo empregatício.
- (D) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, preferencialmente para crianças e adolescentes de seis a quatorze anos; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

9 A obra de Paulo Freire “Pedagogia da Autonomia” está dividida em três capítulos: “Não há docência sem discência”; “Ensinar não é transferir conhecimento” e “Ensinar é uma especificidade humana”. Com isso o autor apresenta, analisa e discute uma série de características, conceitos e fundamentos sobre o ato de ensinar.

Assinale a alternativa que contemple de forma correta alguns dos pressupostos desta obra sobre o ato de ensinar:

- (A) Uma das tarefas primordiais dos educadores é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis, isto é, a preocupação central da práxis pedagógica é a transmissão e assimilação de conteúdos para os sujeitos das classes populares. Afinal, esses sujeitos somente poderão superar a ingenuidade e ignorância por meio da apropriação dos conteúdos técnicos.
- (B) Ensinar exige criticidade e pesquisa. Assim, para aproximar o mundo do conhecimento das classes trabalhadoras é preciso abandonar e negar o senso comum de modo a superar a visão ingênua para construir, por meio da ciência, a visão crítica, capaz de questionar as relações sociais.
- (C) É possível e desejável que os estudantes das classes trabalhadoras se tornem leitores críticos da realidade, a partir dos ensinamentos dos professores. O educador estabelece com

o educando uma relação educador-educando no qual o conhecimento advém daquele que já percorreu uma trajetória acadêmica, isto é, o educador. Cabe ao educador instigar a curiosidade crítica para que o educando seja capaz de superar a realidade imediata.

- (D) Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo.

10 No livro Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo, Tomaz Tadeu da Silva, argumenta que um currículo crítico inspirado nas teorias sociais que questionam a construção social da raça e da etnia também evitariam tratar a questão do racismo de uma forma simplista. Para o autor, o racismo não poderia ser tratado simplesmente como uma questão de preconceito individual, pois isso geraria uma pedagogia e um currículo centrados numa simples “terapêutica” de atitudes individuais consideradas erradas.

Considerando tais argumentações, uma unidade educacional que estivesse diante de uma situação de racismo praticada entre estudantes, estaria alinhada corretamente com os pensamentos do teórico, se:

- (A) Realizasse uma investigação da situação, ouvindo a todos os envolvidos, tendo como exclusivo resultado a aplicação das sanções previstas no regimento escolar aos estudantes agressores, pois a punição, tomada como exemplo, poderia inibir a prática de atos racistas por outros estudantes.
- (B) Procurasse não dar visibilidade à situação, empreendendo esforços para que somente os envolvidos a conhecessem, pois se a atitude racista dos estudantes se tornasse pública, poderia inspirar outros estudantes a terem atitudes semelhantes.
- (C) Investigasse a situação e como proposta de resolução para o conflito, solicitasse aos agressores que se desculpassem junto à vítima, comprometendo-se a não terem mais atitudes semelhantes, sensibilizando-os sobre os danos do racismo para quem o sofre.
- (D) Propusesse, juntamente a outras medidas institucionais, uma ampla discussão sobre as

causas institucionais, históricas e discursivas do racismo, procurando identificar o quê no currículo e nas práticas pedagógicas poderia minimizar ações desta natureza.

11 Sobre o conceito de *capital social* desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), é possível afirmar que:

- (A) A noção de capital social impôs-se, primeiramente, como uma hipótese dispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais.
- (B) O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de “interconhecimento” e “inter-reconhecimento”.
- (C) A noção de capital social impôs-se como, entre os diferentes meios de designar o fundamento de efeitos sociais, um determinante que não considera o capital econômico e cultural dos diferentes grupos.
- (D) O volume do capital social que um agente individual possui independe da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

12 Freire (2011, p.49) aponta que “o clima do pensar certo não tem nada a ver com o das fórmulas pré-estabelecidas, mas seria a negação do pensar certo se pretendêssemos forjá-lo na atmosfera da licenciosidade ou do espontaneísmo”.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação entre “pensar certo” e “método” para Freire (2011):

- (A) Não há pensar certo sem considerar o materialismo histórico-dialético.
- (B) O método escolhido pelo sujeito determina seu pensar certo.
- (C) Sem rigorosidade metodológica não há pensar certo.
- (D) O pensar certo é possível a partir do método que lhe confere veracidade.

13 Demerval Saviani descreve *onze teses sobre educação e política* em sua obra *Escola e Democracia*, mostrando como se configuram as relações

entre educação e política e evidenciando que “toda prática educativa, como tal, possui uma dimensão política assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa.”

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição sobre a dimensão política da educação presente na obra referida acima:

- (A) A dimensão política da educação apresenta uma existência histórica e pode ser compreendida para além das manifestações sociais determinadas.
- (B) A dimensão política da educação consiste em que, dirigindo-se aos não-antagônicos a educação os fortalece (ou enfraquece) por referências aos antagônicos e desse modo potencializa (ou despotencializa) a sua prática política.
- (C) A dimensão política da educação consiste em envolver a articulação entre antagônicos visando a derrota dos não-antagônicos.
- (D) A dimensão política da educação consiste no enfraquecimento dos não-antagônicos em busca da apropriação dos instrumentos culturais.

14 No livro “Escola e Democracia”, Saviani (2018) destaca que a importância política da Educação reside na sua função de socialização do conhecimento. Nesse aspecto, elabora onze teses sobre Educação e Política. Assinale a alternativa que corresponde a uma dessas teses:

- (A) Nem toda prática educativa contém uma dimensão política.
- (B) A especificidade da prática educativa se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários antagônicos.
- (C) As sociedades de classe se caracterizam pelo primado da política, o que determina a insubordinação real da educação à prática educativa.
- (D) Toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política.

15 Ao caracterizar a relação entre educação e sociedade para as teorias não-críticas, Saviani (2018, p. 4) afirma que concebem “a educação com uma ampla margem de autonomia em face da sociedade”, cabendo-lhe “um papel decisivo na conformação da sociedade evitando sua desagregação e, mais do que isso, garantindo a construção de uma sociedade igualitária”.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as pedagogias que Saviani (2018) define como teorias não-críticas.

- (A) Pedagogia Nova e Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE).
- (B) Pedagogia Tradicional, Pedagogia Tecnicista e Teoria da Escola Dualista.
- (C) Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Tecnicista.
- (D) Pedagogia Tecnicista e Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 José de Souza Martins, em *O Cativo da Terra*, faz referência a uma série de esquemas interpretativos do processo de industrialização brasileiro que tinham como premissa uma ideia que, segundo o autor, não levava em “[...] conta a duplicidade de moedas do Brasil de então, com o mil-réis como moeda do residual mercado interno e as moedas estrangeiras, principalmente o franco, como moeda dos importados. Uma sociedade em que na elite dos fazendeiros havia os que na fazenda tomavam até sopa desidratada importada, como ocorria com os avós de Tarsila do Amaral, enquanto o colono se contentava com a serralha que brotava espontaneamente no meio do cafezal, como mistura de seu feijão com farinha. Poupara seus restritos ganhos monetários para emancipar-se em relação à fazenda, evitando consumi-los com o que não fosse além do vestuário e das despesas inevitáveis, como as que se fazia com médicos e remédios. Duas lógicas diversas de consumo, de inserção no mercado e de mercado”.

(MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. p. 216-217).

O argumento de Martins:

- (A) Enfraquece a tese da industrialização por substituição de importações, já que a carência de divisas estrangeiras após a Guerra de 1914 não impactou de nenhuma forma o setor industrial paulista.
- (B) Reforça a tese da industrialização por substituição de importações, já que foram as casas comerciais importadoras que, contando com grossos cabedais acumulados, puderam converter os seus negócios em atividades industriais, estimulados pela conjuntura da I Guerra.
- (C) Enfraquece a tese da industrialização por substituição de importações, já que apon-

ta para indústrias cuja existência depende de uma demanda não satisfeita pelo comércio de importação, não dependendo, portanto, das suas vicissitudes.

- (D) Reforça a tese da industrialização por substituição de importações, já que sugere que o processo de industrialização no Brasil foi determinado pelas flutuações de um mercado interno vinculado ao comércio de importação.

17 “[...] nenhuma economia industrial pode-se desenvolver além de um certo ponto se não possui uma adequada capacidade de bens de capital. [...] Mas é também evidente que, num sistema de empresa privada, o investimento de capital extremamente dispendioso que se faz necessário para a maior parte deste desenvolvimento não é assumido provavelmente pelas mesmas razões que a industrialização do algodão ou outros bens de consumo”.
(HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 59).

Historicamente, para Hobsbawm, as dificuldades para a implantação de uma indústria de bens de capital, no caso da Inglaterra, foram superadas à medida que:

- (A) O Estado britânico assumiu a tarefa de induzir a implantação de indústrias de bens de capital por meio de incentivos fiscais.
- (B) A aplicação de novas tecnologias produzidas por meio da aproximação entre industriais e a universidades inglesas criou as condições para a implantação de uma nova onda industrialista.
- (C) A supremacia inglesa no comércio internacional e o domínio colonial sobre a Índia propiciavam um processo de acumulação de capitais que só podiam ser investidos na produção de bens de capital.
- (D) O surgimento das ferrovias, como um negócio rentável, tendeu a atrair grande parte dos capitais acumulados pelos particulares britânicos, especialmente a partir do decênio de 1840.

18 Sobre os condicionantes gerais explicativos para o advento da I Guerra Mundial, marque a opção condizente com as teses centrais desenvolvidas por Giovanni Arrighi, no livro *O Longo Século XX*. (1995).

- (A) A ascensão industrial do Império Alemão, especialmente notável no decênio de 1890, foi responsável por criar uma coalisão de forças

surpreendente. Se, por um lado, a França buscava revanche para a derrota na guerra Franco-Prussiana de 1870, a Grã-Bretanha alarmava-se com o fim da sua supremacia naval, ao ver sua marinha superada pela alemã. Já a Rússia czarista, após o Estado alemão proibir investimentos de capitais alemães em solo russo, aproxima-se da França. A aliança militar firmada entre as três potências citadas comprometia a todas com qualquer conflito que envolvesse ao menos uma delas. Ora, o envolvimento da Rússia com o movimento pan-eslavista tornou inevitável o choque entre os Impérios Russo e Austro-Húngaro, o que constituiu no fator imediato de deflagração da guerra.

- (B) Após o Tratado de Berlim, de 1884, a partilha do mundo entre as potências imperialistas foi estabelecida. Ocorre que, desenvolvendo-se nos limites dos estados nacionais, o capitalismo possui uma lógica de crescimento ilimitado. A sua dinâmica obriga a incorporação incessante de novos territórios, recursos e populações. Como a partir de 1884 os limites dos impérios já estavam definidos, expansões adicionais só podiam se dar às expensas de outros, ou seja, por meio da conquista territorial via guerra entre imperialismos. O que explica a eclosão não apenas da I, como também da II Guerra Mundial.
- (C) A partir do último quartel do século XIX, estava claro para os Estados europeus industriais que a profecia de Tocqueville acerca da ascensão das potências de “flanqueio”, os Estados Unidos e o Império Russo, era inevitável. Dotados de recursos naturais e demográficos insuperáveis, as potências ascendentes ainda usufruíam de um relativo isolamento territorial que possibilitava uma economia nos gastos de defesa. Quanto às potências europeias, a iminência de serem rebaixadas a um status de potências médias leva-as a uma disputa encarniçada por recursos, territórios e mercados consumidores. Ora, como qualquer aumento de poder ou de território tinha que se fazer às expensas das demais, isso acirra as tensões e rivalidades, levando finalmente à guerra de 1914.
- (D) A partir do último quartel do século XIX, nos países do centro do capitalismo, o aumento da concorrência entre as empresas no mercado mundial, ao deprimir a rentabilidade do capital, leva a um processo de financeirização da economia. Parte dos capitais ociosos, à procura de investimentos rentáveis, é absorvida

pelos Estados na forma de dívida soberana e convertida em investimentos militares. Isso ao mesmo tempo em que significava estímulos para a produção industrial e desenvolvimento tecnológico, acirrou as tensões entre os Estados, que passavam a assumir a tarefa de defender e resguardar os interesses de seus respectivos parques industriais.

19 “[o] espantoso ‘grande salto avante’ da economia mundial (capitalista) e sua crescente globalização não apenas dividiram e perturbaram o conceito de ‘Terceiro Mundo’ como também levaram quase todos os seus habitantes conscientemente para o mundo moderno”.

(HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p 356).

Tendo em vista a interpretação do autor, aponte a alternativa que descreve características fundamentais desse processo:

- (A) Difusão da aspiração ao progresso secular, por meio da escolarização, e fortalecimento das instituições políticas liberal-democráticas.
- (B) Imposição dos valores do mundo moderno por elites ocidentalizadas e subjugação violenta das camadas populares de vida tradicional.
- (C) Difusão do modo de vida norte-americano calcado no consumo de massas e desaparecimento acelerado dos valores tradicionais.
- (D) Crescente urbanização e proliferação de movimentos fundamentalistas, muitos dos quais expressando uma revolta contra a modernidade.

20 Em *Raízes do Brasil* (1936), Sérgio Buarque de Holanda analisa os fundamentos da colonização e a mentalidade do brasileiro. A ética da aventura e a cultura da personalidade têm duas implicações para a história social do país:

- (A) a falta de uma moral do trabalho arraigada entre os portugueses reforça a tibieza das instituições e coesão social.
- (B) o ethos cordial favorece a impessoalidade e se contrapõe à construção da identidade e memória nacional.
- (C) a estrutura do patriarcado rural conjugada com a dinâmica da escravidão corrobora os postulados dos governos populistas.
- (D) a adaptabilidade à cultura e ao ambiente refutam os impasses entre o tradicional e o moderno.

21 Em agosto de 1939, foi celebrado o pacto Ribbentrop-Molotov, conhecido também como pacto Hitler-Stálin, pelo qual se estabelecia, entre outras coisas, um acordo de neutralidade e não agressão entre a Alemanha e a URSS. Explica-se tal pacto, tendo-se em vista principalmente:

- (A) As similitudes ideológicas que aproximavam a Alemanha nazista e a Rússia stalinista.
- (B) As hostilidades tanto do regime nazista quanto do soviético às democracias liberais do Ocidente, vistas como o inimigo histórico a ser derrotado.
- (C) O receio dos alemães de uma guerra em “duas frentes” e o fracasso da URSS de viabilizar uma aliança com o Ocidente contra Hitler.
- (D) Os desejos expansionistas da Alemanha nazista e da Rússia soviética, que buscavam destruir países com governos liberal-democráticos, como era o caso da Polônia.

22 Nos últimos 30 anos, pesquisas inovadoras têm estimulado debates acalorados e tentativas de revisões da historiografia colonial, o que significou novas interpretações acerca da sociedade e da economia da América portuguesa. Tais tentativas de revisão foram marcadas, especialmente, dentre outras coisas, pela:

- (A) Afirmação do papel desempenhado pelos comerciantes e traficantes coloniais; relativização da importância das *plantations*; interesse pelos circuitos mercantis internos; e possibilidade de se pensar a existência de acumulação interna e ritmos econômicos próprios.
- (B) Afirmação do caráter puramente capitalista-mercantil do projeto colonizador; e predominância das *plantations* como unidades produtivas básicas; e interpretação da sociedade a partir da contradição fundamental “senhor/escravo”.
- (C) Negação da possibilidade de acumulação de capitais nas colônias devido aos laços de dependência metropolitanos; afirmação da inexistência de um ritmo próprio da economia colonial, com flutuações econômicas determinadas rigidamente pelo mercado internacional.
- (D) Afirmação do “pacto colonial” ou “exclusivo metropolitano”, como principal eixo de interpretação do passado colonial brasileiro; ênfase no caráter desumanizador da escravidão; e afirmação do domínio absoluto da classe senhorial de proprietários de terra sobre o restante da sociedade.

23 “(...) confiando neste direito, e pela honra e defesa de sua Igreja, em nome de Deus Todo-Poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo, pelo teu poder e autoridade, eu deponho o Rei Henrique, filho do Imperador Henrique, que se rebelou contra a tua Igreja com audácia inaudita, do governo sobre todo o reino da Alemanha e Itália, e desobriço todos os homens cristãos da fidelidade que juraram ou possam jurar a ele, e proíbo qualquer um de servi-lo como rei. Assim fica demonstrado que aquele que ousa diminuir a glória de tua Igreja perde a glória que parece ter” (Gregório VII).

O trecho de texto atribuído ao papa Gregório VII (editado em: PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 132), refere-se ao ato pelo qual esse Papa depõe o rei Henrique IV, em 1076. O episódio serve de indicativo para uma das bases fundamentais do poder da Igreja medieval. Marque a alternativa que a descreve:

- (A) O poder sagrado do clero de incluir e excluir indivíduos do *populus christianus*.
- (B) O discurso da Igreja, que controlava ideologicamente uma sociedade à espera do juízo final.
- (C) A força militar da Igreja, financiada pelas doações piás e pela cobrança do dízimo.
- (D) O poder político do papado (*plenitudo potestatis*), que governava, de fato, a cristandade.

24 “O que hoje é o árido, quente e inóspito deserto do Saara, no norte da África, era uma região de savanas e pradarias com alguns bosques, lar de caçadores e coletores que viviam de vários animais e plantas, sustentados por lagos permanentes e muita chuva.

Era assim numa época entre 5 mil e 10 mil anos atrás - período conhecido como do “Saara verde” ou “Saara úmido”. É difícil imaginar que o maior deserto quente do mundo, que tem uma precipitação anual entre 35 e 100 milímetros de chuva, recebia chuvas 20 vezes mais intensas há alguns milhares de anos”.

(MARQUES, William. *Como era o Saara antes de se tornar o maior deserto do planeta*. 2017.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-39374825>>. Acesso em: 28 nov. 2018).

O trecho acima, extraído de uma reportagem da BBC Brasil, descreve um Saara verde que se desertifica posteriormente. Tal processo se relaciona com

- (A) a expansão de civilizações urbanas e agrícolas que, ao pressionarem o frágil ecossistema do Saara, levaram à sua desertificação.

- (B) um dos fatores que levaram ao surgimento da civilização egípcia, tendo em vista que a desertificação deslocou populações para as fontes de água perenes.
- (C) a migração de populações africanas para a bacia do Mediterrâneo, iniciando a colonização do atual território da Europa.
- (D) o deslocamento de povos nômades-pastores que invadem o nascente império egípcio.

25 O livro *Os índios antes do Brasil*, de Carlos Fausto (1999), apresenta as perspectivas etnográficas mais contemporâneas sobre os povos situados na América do Sul e no Brasil antes da chegada dos colonizadores. O autor:

- (A) corrobora a tipologia evolucionista das populações indígenas tendo por referência o império Inca como modelo do ápice de desenvolvimento no continente.
- (B) traça um panorama da variabilidade dos povos indígenas superando o senso comum em torno da uniformidade sociopolítica, econômica e cultural.
- (C) evidencia como o determinismo ecológico influenciou diretamente os níveis de desenvolvimento cultural e a fragmentação linguística.
- (D) apresenta a hipótese de que a expansão tupi teria ocorrido da costa brasileira rumo ao sul a partir de descobertas arqueológicas entre a foz do Amazonas e o Piauí.

26 Por mais dignas de atenção que tenham sido as rebeliões nordestinas, o fato é que os rumos do país foram traçados, com menores sobressaltos e mudanças, a partir da capital e das províncias à sua volta. Foi assim na independência e seria assim no episódio da queda do primeiro imperador. Em março de 1824, Dom Pedro I dominava a cena, tendo condições políticas para dissolver a Constituinte e baixar uma Constituição. Sete anos depois, foi obrigado a abandonar o trono.

(FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1995. p. 154).

Dentre os episódios ocorridos nesse intervalo de tempo, podemos apontar:

- (A) a perda do controle de navegação no rio da Prata, o recrutamento forçado da população e a independência do Uruguai em 1825.
- (B) a publicação da revista mineira Tamoio, em 1826, de conteúdo acentuadamente urbano e

popular que difundia os ideais republicanos e federativos.

- (C) a crise econômica ocasionada pelo déficit da balança comercial, o aumento do custo de vida e fechamento do Banco Central em 1827.
- (D) o motim de mercenários alemães e irlandeses no Rio de Janeiro em 1828, que forçou o governo a recorrer à humilhante proteção de navios ingleses e franceses.

27 A Guerra do Paraguai (1864-1870) constitui um claro exemplo de como a História, sem ser arbitrária, é um trabalho de criação que pode servir a vários fins. Nos últimos anos, surgiu na historiografia uma nova explicação, que não se trata da última palavra, mas de uma versão menos ideológica, mais coerente e bem apoiada em documentos e que pode ser expressa na versão de que o conflito foi:

- (A) resultado dos planos expansionistas do ditador paraguaio Solano López e exaltando os feitos heroicos e capacidade militar brasileira.
- (B) identificado com os processos de independência da América Latina e as disputas de poder para assumir uma posição dominante no continente.
- (C) revisado em um contexto mais amplo da história do Paraguai que, sob uma perspectiva lopizta positiva, responsabilizou Brasil e Argentina.
- (D) financiado pelo imperialismo inglês que tinha interesse em controlar o comércio de algodão paraguaio, matéria-prima fundamental para indústria têxtil britânica.

28 “É das tensões internas da economia cafeeira, em sua etapa de crise, que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira”.

(FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p. 48).

Segundo o autor, na história nacional, a transição da economia colonial para formas mais modernas de desenvolvimento foi concretizada durante

- (A) as mudanças estruturais propiciadas pela economia do trabalho assalariado em substituição à mão de obra escrava em meados do século XIX.

- (B) a expansão da capacidade produtiva com facilidades cambiais para importação de máquinas e equipamentos no início da década de 1920.
- (C) o processo de industrialização e consolidação de um mercado interno ocorrido principalmente após a crise de 1929.
- (D) a ascensão de forças nacionalistas e populistas na América Latina que favoreceram a ruptura de dependência internacional após a década de 1930.

29 “Ficava cada dia mais explícito entre intelectuais, industriais e defensores da racionalização do trabalho que a única maneira de aumentar o controle sobre o processo de trabalho era a simplificação das tarefas e a desqualificação da força de trabalho, o que iria permitir a rápida substituição dos trabalhadores não especializados e combativos, que recebiam altos salários, por trabalhadores não especializados”.

(WEINSTEIN, B. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco, 2000. p. 36).

A década de 1930, no Brasil, testemunhou importantes mudanças nos setores econômico, político e, conseqüentemente, educacional, que se estenderam até 1945. Sobre a educação profissional do período, podemos afirmar que:

- (A) a regulamentação da lei Orgânica de Ensino Industrial em 1942 foi uma iniciativa pioneira ao instituir ensino gratuito às classes menos favorecidas no período noturno.
- (B) reproduziu as ideias formuladas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na década de 1920, cujo princípio era a formação propedêutica e integral dos jovens trabalhadores.
- (C) a criação das Escolas de Aprendizes Artífices ocorreu em 1925, expandiu-se por 19 estados brasileiros e tais instituições serviram de modelo e centro irradiador dos interesses da burguesia industrial.
- (D) a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1931, antecedeu a criação de centros de educação profissional que visavam a educar, disciplinar e controlar a força de trabalho.

30 Sobre a organização dos trabalhadores e o movimento sindical, a Constituição de 1946:

- (A) estabeleceu a liberdade de associação e suprimiu o imposto sindical.
- (B) reconheceu o exercício de greve, que seria regulamentado por lei.
- (C) estendeu aos não sindicalizados o direito de promover reclamações trabalhistas.
- (D) manteve o princípio de unidade sindical, porém com liberdade de mobilização.

31 Para controlar a situação político-financeira dos últimos meses do governo Goulart, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi instituído em novembro de 1964 com duração prevista até março de 1967. Sobre essa política de estabilização de curto prazo, podemos afirmar que:

- (A) combinou o intervencionismo governamental aos interesses do empresariado nacional, impedindo a remessa de lucros de empresas estrangeiras no exterior.
- (B) resolveu o problema crítico da dívida externa com ajuda do governo estadunidense, por meio de assistência econômica do Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- (C) o controle da inflação e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) geraram estabilidade e aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros.
- (D) o corte de despesas e o aumento da arrecadação reduziram o déficit público, porém isso não refletiu em melhorias na qualidade de vida da população brasileira em geral.

32



Disponível em <<http://movimentossociaisde1970.blogspot.com/2013/11/lei-da-anistia.html>>.

Acesso em 17dez2018

Sobre a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, podemos concluir que:

- (A) foi resultado de negociações envolvendo os movimentos sociais que, naquele momento, identificaram como positivo o processo de distensão lenta, gradual e segura.
- (B) limitou a responsabilização dos crimes de natureza política apenas aos que possuíam processo transitado em julgado e desconsiderando a ação violenta do Estado.
- (C) marcou a transição para o regime democrático, permitindo o retorno dos exilados, porém, impossibilitou a punição dos que protagonizaram o regime de exceção.
- (D) a anistia indiscriminada se constitui como norma integrante do sistema judiciário brasileiro, conferindo um caráter de legitimidade à ação do Estado e conciliação nacional.

33 Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome é democracia, pois a administração serve aos interesses da maioria e não de uma minoria.

(Trecho do discurso de Péricles, século V a. C. In: TUCÍDIDES. A guerra do Peloponeso. Adaptado).

Por esse discurso, é possível afirmar que o autor:

- (A) celebra a igualdade jurídica e social da população ateniense.
- (B) expressa uma concepção restrita de democracia limitada aos privilégios dos cidadãos.
- (C) critica as oligarquias e a estrutura hierarquizada da Diarquia espartana.
- (D) apresenta o equilíbrio existente entre a escravidão e a liberdade política de estrangeiros.

34 “Um inglês que não se sinta cheio de estima e admiração pela maneira sublime com que está agora se efetuando uma das mais importantes revoluções que o mundo jamais viu deve estar morto para todos os sentidos da virtude e da liberdade; nenhum de meus patrícios que tenham tido a sorte de presenciar as ocorrências dos últimos três dias nesta grande cidade fará mais que testemunhar que minha linguagem não é hiperbólica”.

(The Morning Post (21 de julho de 1789) sobre a queda da Bastilha. In: HOBBSAWM, E. A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 71).

Sobre a tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789:

- (A) representou o nacionalismo de massa e a luta contra sociedades antagônicas.
- (B) simbolizou a queda do absolutismo e a força do movimento revolucionário.
- (C) refletiu os interesses da burguesia, que passou à posição dominante.
- (D) inspirou o processo de independência das colônias americanas.

35 Na **História do futuro**, livro milenarista ex-cogitado nos matos do Maranhão, o Padre Antônio Vieira dá o seu palpite sobre o assunto. Sem se embaraçar no paradoxo – porquanto para ele e seu século nada havia de paradoxal na aliança entre negreiros e missionários – Vieira define os fundamentos da reconquista de Luanda. “O Brasil vive e se sustenta de Angola, podendo-se com muita razão dizer que o Brasil tem o corpo na América e a alma na África”. *(ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 232).*

O paradoxo mencionado pelo autor está relacionado:

- (A) ao fato de o contingente principal de mão de obra nascer e crescer fora do território colonial e nacional.
- (B) às contradições da Igreja Católica em relação à defesa de escravidão indígena e africana.
- (C) à manutenção do tráfico de escravos após pressões internas para adoção de novas formas de mão de obra.
- (D) ao contraste entre o desenvolvimento nacional e as condições sociais das colônias portuguesas em território africano.

36 Os movimentos sociais que ocorreram no campo, durante o período da Primeira República, podem ser divididos em três grupos distintos: 1. Os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2. Os que combinaram conteúdo religioso com reivindicações sociais; 3. Os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.

(FAUSTO, B. História do Brasil. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1995. p. 295-296. Adaptado).

O segundo grupo, citado no excerto, pode ser exemplificado em:

- (A) Guerra de Canudos.
- (B) Guerra do Contestado.
- (C) Movimento do cangaço.
- (D) Guerra dos Farrapos.

37 “[Esta foi] de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará para a história como uma das grandes revoluções sociais do século XX (...) a novidade dessa revolução era ideológica”.

(HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 440).

A revolução mencionada pelo autor é:

- (A) Revolução dos Cravos, em Portugal (1974).
- (B) Revolução Cultural Chinesa (1966-1976).
- (C) Revolução Sandinista, na Nicarágua (1979).
- (D) Revolução Iraniana (1979).

38 Sobre a Greve Geral de 1917, em São Paulo, podemos afirmar que:

- (A) fortaleceu o movimento operário com a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1918.
- (B) contou com a participação expressiva de mulheres, sobretudo da indústria têxtil.
- (C) o movimento fracassou em virtude da cisão interna entre anarquistas e centrais sindicais.
- (D) assegurou a regulamentação do trabalho de menores e direito a férias anuais em 1919.

39 “No século XVIII, a exploração do ouro e diamantes determinou uma reorientação da política colonial. A Coroa portuguesa viu-se obrigada a ampliar o controle e a fiscalização para evitar os descaminhos do ouro, multiplicando os quadros burocrático e policial, limitando a autonomia dos poderes locais. De outro modo, embora a mão de obra utilizada fosse ainda essencialmente escrava, o trabalho livre encontrava melhores possibilidades nas zonas mineiras do que nas áreas onde prevalecia a economia agrária. A especialização das áreas de mineração que tendiam a se dedicar quase exclusivamente à indústria extrativa motivou o desenvolvimento das regiões periféricas, que passaram a cultivar gêneros de primeira necessidade e a criar gado com o objetivo de abastecer as minas. O mercado interno cresceu, estimulando o comércio e a urbanização”.

(COSTA, E. V. da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 239-240).

Sobre a mineração na América portuguesa do século XVIII e sua relação com a mão de obra escrava, é possível afirmar apenas que:

- (A) No Centro-Oeste, com o declínio da mineração, e ainda que uma parcela da escravaria fosse transferida para as fazendas de café do Sudeste, o ex-escravo se instalou, livre, em roças de subsistência. Emigraria daí, já no século XX, para as grandes e médias cidades; ou vegetaria em pobres comunidades semi-rurais.
- (B) Uma relação sobre o estado da Indústria Agrícola Fabril e Mineração nas diversas comarcas de Pernambuco informava, em 1859, que, em certas regiões, os processos de plantação de cana e fabrico de açúcar eram os mesmos que se empregavam havia trinta ou quarenta anos.
- (C) As zonas de mineração, embora decadentes, também apresentavam relativo grau de concentração urbana, mas as cidades de tais áreas não atingiam a importância dos principais portos. Nas demais áreas, a importância dos núcleos urbanos era limitada, prevalecendo a grande propriedade.
- (D) A descoberta e a exploração do ouro, embora tenham acarretado uma reorientação nos padrões tradicionais de povoamento, exerceram efeito limitado, não sendo capazes de alterar as estruturas de produção nos quadros mais gerais do país, onde continuou a prevalecer a estrutura agrária tradicional.

40 “Tive a sorte de lecionar em uma faculdade que proporcionava proteção interna e espontânea contra as pressões externas da Guerra Fria. No entanto, a situação acadêmica não era boa. Tanto quanto eu podia saber, todos os comunistas que haviam sido nomeados para cargos acadêmicos antes do verão de 1948 permaneceram em seus lugares e tampouco houve tentativas de demiti-los. Por outro lado, pelo que eu soube, nenhum comunista conhecido foi nomeado para cargos em universidades durante cerca de dez anos a partir de 1948, tampouco foram promovidos, se já estivessem em posição docente”.

(HOBBSAWM, E. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 206).

No excerto, o autor, ao tratar do contexto da Guerra Fria, faz uma referência:

- (A) à política anticomunista do Plano Marshall.
- (B) à cortina de ferro durante o governo Eisenhower.
- (C) ao caráter intervencionista do Welfare State.
- (D) aos reflexos do macarthismo na Europa.

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO

Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

QUESTÃO	RESPOSTA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	